

Questão agrária e a reprodução camponesa nas contradições capital versus trabalho

Agrarian issue and peasant reproduction in the contradictions of capital versus labor

Cuestión agraria y la reproducción campesina em las contradicciones capital versus trabajo

Suzane Tosta Souza  

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista (BA), Brasil
suzane.tosta@uesb.edu.br

Resumo

Este artigo objetiva apontar algumas contribuições de Conceição (1991, 2005, 2007, 2013) para a leitura da questão agrária brasileira, enfatizando reflexões sobre o processo de reprodução camponesa nas contradições do avanço do capital no campo, a expansão do agronegócio em um contexto de reestruturação produtiva do capital em nível mundial, as transformações no mundo do trabalho, em decorrência da crise estrutural e a intensificação da mobilidade e da precariedade das condições de trabalho tanto no campo como nas cidades. A pesquisa foi realizada com base em levantamento bibliográfico, tratamento e análise de conceitos que dão sustentação ao debate da questão agrária, valendo-se, ainda, de dados secundários e leituras de outros autores, sobretudo no debate do método. Conclui-se que se torna imprescindível trazer à tona as reflexões apontadas pela autora, sobretudo pela constatação de que poucas análises trazem os rebatimentos da crise do capital e a reestruturação pela qual esse passa para atender os objetivos da acumulação, inclusive no campo, ao passo que, contraditoriamente, a reprodução camponesa se constitui em uma unidade de submissão e enfrentamento a esse processo.

Palavras-Chave: Questão agrária. Reprodução Camponesa. Crise do capital. Mobilidade do trabalho.

Abstract

This article aims to highlight some contributions of Conceição (1991, 2005, 2007, 2013) to the reading of the Brazilian agrarian issue, emphasizing reflections on the process of peasant reproduction amidst the contradictions of capital advancement in the countryside, the agribusiness expansion in a context of capital productive restructuring on a global level, the transformations in the labor world due to the structural crisis, and the intensification of mobility and precarious working conditions both in the countryside and in cities. The research was conducted based on a bibliographic survey, treatment and analysis of concepts



that support the debate on the agrarian issue, utilizing, also, secondary data and readings from other authors, especially in the discussion of methodology. It is concluded that it is essential to bring to light the reflections pointed out by the author, mainly due to the observation of few analyses that address the repercussions of the capital crisis and the restructuring it undergoes to meet the objectives of accumulation, including in the countryside, while, contradictorily, peasant reproduction constitutes itself in a unit of submission and confrontation against this process.

Keywords: Agrarian issue. Peasant reproduction. Capital crisis. Labor mobility.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo señalar algunas contribuciones de Conceição (1991, 2005, 2007, 2013) para la lectura de la cuestión agraria brasileña, enfatizando reflexiones sobre el proceso de reproducción campesina em las contradicciones del avance del capital en el campo, la expansión del agronegocio en un contexto de reestructuración productiva del capital a nivel mundial, las transformaciones en el mundo del trabajo, como consecuencia de la crisis estructural y la intensificación de la movilidad y la precariedad de las condiciones de trabajo tanto en el campo como en las ciudades. La investigación se realizó con base en un levantamiento bibliográfico, tratamiento y análisis de conceptos que sustentan el debate sobre la cuestión agraria, valiéndose, además, de datos secundarios y lecturas de otros autores, especialmente en el debate del método. Se concluye que, es imprescindible traer a colación las reflexiones señaladas por la autora, principalmente por la observación de pocos análisis que traen las repercusiones de la crisis del capital y la reestructuración que éste atraviesa para cumplir con los objetivos de acumulación, incluso en el campo, mientras que, contradictoriamente, la reproducción campesina se constituye en una unidad de sumisión y enfrentamiento a este proceso.

Palabras-claves: Cuestión agraria. Reproducción campesina. Crisis del capital. Movilidad del trabajo.

Introdução

O presente artigo é de natureza teórico-conceitual, tendo sido realizado com base em levantamento, seleção, leituras e sistematizações das obras e autores considerados centrais no debate da questão agrária, por vezes submetendo a análise de alguns ao contraponto com outros. Tem por objetivo compreender o debate da questão agrária e o processo de reprodução camponesa no movimento das contradições direcionadas pela relação capital/trabalho. Para tanto, parte das contribuições trazidas por Conceição, entre os anos de 1991 e 2007, estabelecendo, ainda, o diálogo com outros autores que discutem o processo de reprodução do campesinato no modo de produção capitalista, em diferentes épocas, com o fito de entender esse processo na realidade atual do campo brasileiro, bem como as contradições impulsionadas pela crise do capital – que dimensiona esses sujeitos a uma situação de constante mobilidade de sua força de trabalho, sendo essa compreendida como uma unidade de reprodução/sujeição do

campesinato brasileiro.

A metodologia do artigo foi estruturada de forma a proporcionar uma análise abrangente das relações contraditórias entre o campesinato e o capital no contexto agrário brasileiro. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico das principais obras e autores que discutem o modo de produção capitalista e a questão agrária, com ênfase nas contribuições teóricas de Conceição. Em seguida, foram selecionados e sistematizados dados empíricos provenientes de pesquisas de campo em diferentes regiões do Brasil, permitindo uma compreensão mais profunda das realidades enfrentadas pelos camponeses. A análise qualitativa dos dados coletados possibilitou identificar as contradições e desafios que permeiam a reprodução camponesa, bem como as estratégias de resistência adotadas. Essa abordagem metodológica, que combina teoria e prática, visa oferecer uma visão crítica e reflexiva sobre as contradições do avanço do capital no campo e suas implicações sociais e econômicas.

O objetivo inicial foi destacar algumas das contribuições de Conceição (1991, 2005, 2007 e 2013) para o pensamento geográfico brasileiro e, em particular, para a Questão Agrária¹. Essa análise baseou-se nas reflexões elaboradas pela autora, tanto em sua dissertação, defendida em 1991, quanto nos artigos subsequentes, nos quais abordou temas como a questão agrária, o campesinato como classe social, o avanço do capital e do agronegócio no campo brasileiro, as políticas públicas externas para o meio rural – enfatizando o papel de classe desempenhado pelo Estado nesse processo –, bem como as dificuldades enfrentadas para a reprodução da vida camponesa, além da precariedade e mobilidade do trabalho vivenciadas por esses assuntos.

Em um primeiro momento, busca-se refletir sobre a reprodução camponesa no processo de expansão do capital no campo e a atualidade da luta de classes que constitui esse espaço, com destaque para as formas de expropriação/sujeição/reprodução que essa classe experimenta no campo brasileiro. Em um segundo momento, atenta-se para a compreensão das transformações no campo, diante de um contexto de crise estrutural,

¹ Objetiva-se trazer a contribuição de mulheres pesquisadoras na produção do conhecimento e no pensamento geográfico crítico; inclusive da produção nordestina, uma vez que essa também se encontra bastante centralizada em determinados eixos do país. Não se quer com isso fomentar a fragmentação, ou negar o lugar importante dos pesquisadores de outros gêneros, e mesmo de diversos lugares do Brasil, mas, apenas destacar leituras que ainda pouco aparecem e que consideramos relevantes. Não se almeja produzir uma “Geografia das mulheres” ou uma “Geografia do Nordeste”, mas apenas trazer à tona a realidade significativa dessa produção, inclusive no sentido da reafirmação do pensamento crítico, tão presente na produção geográfica brasileira.

ênfatizando a leitura crítica sobre o agronegócio e as políticas públicas implementadas pelo Estado.

As contribuições de Mézáros (2002) para a pesquisa são essenciais na análise das relações entre Estado, capital e trabalho, fornecendo elementos para compreender, também, a questão agrária brasileira. Esse autor concebe o Estado como um ente político que atua em favor dos interesses do capital, realidade sobre a qual Conceição (2013) evidencia como as políticas públicas podem ser utilizadas para reproduzir as condições necessárias à acumulação de capital. Essa perspectiva é crucial para entender como essa relação Estado/Capital afeta a vida dos camponeses e direciona as políticas agrárias.

Conceição (2013) também destaca as contradições do modo de produção capitalista que se manifestam nas relações sociais e econômicas no campo, permitindo uma reflexão crítica sobre a precariedade das condições de vida dos camponeses. Sua análise revela a mobilidade da força de trabalho camponesa, evidenciando a luta constante entre sujeição e resistência. Ao integrar essas reflexões ao debate sobre a reprodução camponesa, oferece uma base teórica sólida que enriquece a compreensão das complexas relações entre o campesinato e o capital, contribuindo para o entendimento das questões agrárias contemporâneas.

Nesse propósito, nos ancoramos na leitura sobre a crise estrutural do capital apontada por Meszáros (2002), com o fito de entender as formas concretas pelas quais o capital em crise expande seus tentáculos para todos os espaços – visando à acumulação. O campo passa, na sua especificidade, a ser compreendido como parte dessa realidade, ao mesmo tempo em que apresenta particularidades que permitem a compreensão do processo de reprodução da classe camponesa. Nesse sentido, aponta o autor que:

[...] o capital não é, simplesmente, uma "entidade material", também não é [...] um "mecanismo" racional controlável [...]. [...] mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema [...] escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa - na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa - **estrutura "totalizadora" de controle a qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar** [...]. [...] sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão **da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira**, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais

gigantescas empresas transnacionais [...] (Mészáros, 2002, p. 96, grifos nossos).

Assim, segundo Mészáros (2002), a expansão do capital, que ele denomina como sobredeterminação de um sistema de mediação de segunda ordem, sobrepõe-se a um sistema de mediação de primeira ordem – aquele que predominava nas formas de sociabilidade anteriores ao sistema capitalista. O capital, por sua capacidade de produzir excedentes e promover intensas transformações da natureza e do trabalho, corresponde a um período específico da história humana, caracterizado pela difusão de “elementos fetichizadores e alienantes de controle societal”, moldados pelo mercado em sua busca incessante por lucro.

Essa é uma realidade crucial para se entender o campo brasileiro, a forma como esse se insere na divisão social e territorial do trabalho atualmente, sobretudo como produtor de *commodities*, voltadas para alimentar o apetite do capital financeiro – via operações milionárias das bolsas de valores e mercados futuros, em detrimento, e em contradição, com as formas de vida das centenas e milhares de comunidades que vivem em suas terras de trabalho, mas que são, também, profundamente afetadas pelo avanço capitalista sobre seus territórios. Tal compreensão põe na pauta do dia: primeiro – as formas concretas como o Estado burguês cria as condições para que o capital se estenda e busque se apropriar desses territórios, em que o debate das políticas públicas adquire efetividade; e, segundo – as dificuldades concretas da reprodução camponesa, sobretudo mediante a sujeição de seu trabalho e de seus territórios.

Para compreender o processo de reprodução camponesa em uma sociedade capitalista, como parte das contradições do desenvolvimento desse modo de produção, é necessário considerar algumas ponderações à luz da leitura de Conceição e dos apontamentos do grupo de pesquisa. A primeira delas é que estamos lidando com um camponês que se reproduz na e à margem da sociedade capitalista, baseada na produção de mercadorias, onde tanto a terra quanto o trabalho passam a ser encarados como mercadorias ou como possibilidades de geração delas em escala crescente. Nesse sentido, esse campesinato resiste no campo, não se configurando, de maneira geral, como um sujeito totalmente expropriado da terra – uma vez que, em algumas situações, ainda controla a terra e os instrumentos de trabalho –, mas também sofre transformações.

É nesse processo que a autora vai apontar as formas crescentes nas quais o capital busca se valer desse trabalho camponês, sujeitando-o, de diversas maneiras, seja por meio da difusão da indústria no campo – como a inserção de maquinários e produtos químicos, ampliando suas margens de lucro, fomentando a dependência e, na ponta, controlando, praticamente, toda a produção efetiva pelo trabalho camponês e de sua família. Também o faz via capital financeiro, inserindo esse camponês em um sistema de endividamento e dependência – do qual dificilmente consegue sair. Para viabilizar esse processo, ressalta-se, ainda, a ação do Estado – ancorando-se no tripé Estado, Capital, Trabalho (Mészáros, 2002), por meio da qual as denominadas políticas públicas fomentam a difusão do sistema de crédito nas unidades de produção camponesa.

Em segundo lugar, e em relação com as questões apontadas anteriormente, é preciso ressaltar que esse campesinato deve ser entendido no próprio processo histórico que determinou seu não desaparecimento; mas não como um sujeito/classe autônoma e à parte das contradições do capital, senão como a esse modo de produção relacionado. Daí, a autora se aproxima das reflexões trazidas no Brasil por Martins (1981) e Oliveira (2001).

Em terceiro lugar, compreender esse campesinato no campo brasileiro contemporâneo implica refletir sobre as estratégias de reprodução desses sujeitos em um contexto de profunda crise do capital, bem como sobre as formas de expansão capitalista no campo para garantir a reprodução do valor. É crucial analisar como e em que medida esse campesinato, mesmo sem ser completamente expropriado da terra e, aparentemente, não inserido no assalariamento formal, se adapta, se recria e se submete.

Nesse contexto, torna-se essencial considerar o papel do Brasil na divisão social e territorial do trabalho, configurando-se como um grande produtor de *commodities* agrícolas e minerais. Além disso, é necessário observar como o capital, personificado pelo agronegócio, avança e subordina os camponeses. Estes, por sua vez, têm historicamente resistido e assegurado sua permanência na terra por meio de conflitos e da luta por direitos fundiários.

Mas, para se chegar a esse entendimento, há que se reportar sobre quem é esse sujeito camponês, como se reproduz ao longo da História, as principais teorias que buscam explicá-lo, a fim de reunir os elementos para pensar como esse se faz classe no campo, e no campo brasileiro, na atualidade, mesmo com todas as dificuldades. É

partindo desse princípio que, por meio da dissertação de Conceição (1991), buscamos retomar esse debate, enfatizando a contribuição da autora para pensar o campesinato nas contradições do avanço do capital no campo e sobre o trabalho, inclusive camponês. É esse o debate que traremos a seguir.

A reprodução de uma classe camponesa nas contradições da relação capital *versus* trabalho

Considerando o debate travado por Marx, em *O Capital*, e as abordagens estabelecidas por Conceição (1991) em sua dissertação de mestrado, retomamos aqui a discussão sobre o campesinato como classe social que existe e resiste no campo, em diversas partes do mundo, como atestam os estudos de vários autores, entre os quais Teodor Shanin (1980, 1993, 2005) e Henri Mendras (1978). Nessa discussão, cabe pensar o que significa ser camponês e o que difere esse sujeito social, no tempo e no espaço, da classe trabalhadora (assalariada), ou mesmo dos proprietários fundiários que vivem da extração da renda da terra, segundo a análise sobre classes sociais desenvolvida por Marx (2013).

Para tanto, é indispensável revisitar as abordagens sobre o campesinato, destacando inicialmente aquelas que defendem seu desaparecimento, com base nas análises pioneiras de Lênin (1982), e contrapô-las a outras perspectivas, como a de Alexander Chayanov (1974). A partir dessas bases, chegamos aos estudos mais recentes de autores como Teodor Shanin (1980, 2005), Henri Mendras (1978) e outros.

Além disso, é necessário considerar os reflexos dessas discussões sobre o campesinato, levando em conta sua efetiva participação, não apenas em termos quantitativos da população, mas também no que se refere ao papel político desempenhado, especialmente nas sociedades latino-americanas e, mais especificamente, no Brasil. Esse tema tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores em Ciências Sociais, entre os quais se destacam José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, Marta Inez M. Marques, entre outros.

Neste trabalho, focaremos nossa análise nos estudos de Conceição (1991),

aprofundando, posteriormente, em suas contribuições subsequentes, como as de 2007 e 2013. Nas diversas análises realizadas sobre o campesinato, em diferentes momentos históricos e lugares dos mais variados, é mister destacar concepções de mundo diferenciadas e que apontam, muitas vezes, para perspectivas opostas, nas mais conhecidas teorias desenvolvidas.

Para Shanin (1993), são quatro as principais análises sobre o campesinato. A tradição marxista de análise de classes tem focado o campesinato em termos de relações de poder, ou seja, como produtores oprimidos e explorados na sociedade pré-capitalista, aparecendo como um vestígio de uma formação social anterior; a segunda tradição considera a estrutura social do campesinato como determinada por um tipo específico de economia, cujo miolo se encontra na forma de operação de uma franja familiar. Este foi o eixo explicitado pela primeira vez por Vasil'chakov (1881) e desenvolvido em plenitude por Chayanov (1925).

A terceira tradição deriva da etnografia europeia e da antropologia ocidental tradicional, que tendem a considerar os camponeses como os representantes de uma tradição nacional anterior, preservada como um “retraso cultural” pela inércia típica das sociedades camponesas. A quarta tradição origina-se dos estudos de Durkheim que dividiram a sociedade em tradicional e o moderno ou orgânico – sobre o campesinato.

Essas tradições ilustram desde perspectivas que preveem o desaparecimento do campesinato, como a proposta de Vladimir Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), até visões opostas, como a de Alexander Chayanov em *La Organización de la Unidad de Producción Campesina* (1974). Enquanto Lênin argumentava que o desenvolvimento pleno do capitalismo levaria à extinção do campesinato, Chayanov defendia sua permanência como um modo de produção específico que poderia coexistir com o capitalismo. Essa defesa era sustentada pelo contexto particular da Rússia, onde o desenvolvimento capitalista era mais lento e a população predominantemente camponesa poderia, teoricamente, retardar o avanço do capitalismo. Chayanov (1974) fundamentou sua tese na ideia de que o campesinato possui características específicas que o tornam resiliente às dinâmicas do capitalismo, argumentando que a produção camponesa segue uma lógica própria, diferente daquela predominante nas sociedades industrializadas.

Os estudos sobre o campesinato tomam novo fôlego apoiados nas análises

desenvolvidas por Teodor Shanin, dado o número de pesquisas que esse consegue reunir sobre o campesinato em diversas partes do mundo, constatando que, mesmo diante de algumas diferenças, tais comunidades apresentam uma determinada coesão em termos de organização social, formas de uso da terra, vínculos familiares, entre outras características.

Além disso, o autor destaca as formas de pressão política exercidas por essa classe, dando indicativos do papel político desempenhado por esses em diversos países do mundo, diferentemente das análises nas quais o campesinato não reuniria as condições de desempenhar esse papel político de modo significativo, tendo em vista a dispersão em que vivem.

Para Shanin (1980, 1993), mesmo considerando a fragilidade de grande parte das comunidades camponesas em termos de organização política, isso não significa que essas não possam desenvolver uma forma de resistência, citando alguns exemplos, como o movimento liderado pelos zapatistas, em Chiapas, no México. A partir dessas constatações, Shanin passa a considerar o campesinato como classe social que se reproduz no campo, no tempo e no espaço.

Partindo desse debate e construindo explicativas para pensar o campo e o campo brasileiro nas contradições do avanço do capital, Conceição (1991, 2007 e 2013) também reconhece a reprodução dessa classe social no campo, embora trazendo novas contribuições para o debate, a exemplo do contexto de crise estrutural do capital e das formas nas quais esses sujeitos se reproduzem, mas também se sujeitam ao capital.

Nesse intuito, reflete sobre questões relacionadas à luta pela terra, o processo de ascensão e criminalização dos movimentos sociais, o avanço do agronegócio e do capital financeiro – refletindo em maiores dificuldades na reprodução camponesa; a concentração da propriedade fundiária, mesmo diante de toda luta camponesa pela terra de trabalho, a perda da terra e a fragmentação da unidade produtiva camponesa, além da disponibilidade de parte desses sujeitos à produção de valor – crescendo o exército de reserva – via mobilidade de sua força de trabalho.

Portanto, é importante ressaltar que, conforme análise de Conceição, embora não se constitua no trabalhador assalariado – fabril, do campo, ou vendendo sua força de trabalho em outros setores econômicos, ou ainda quando não consegue a instabilidade, mediante a precariedade nessas relações e o desemprego, isso não quer dizer que esse

camponês esteja à margem das contradições desse modo de produção, não conviva, também, com o processo de exploração de parcelas significativas do seu trabalho e de sua renda.

Sobre o debate que permeou a reprodução/desaparecimento do campesinato no movimento do avanço do capital no campo, de acordo com Conceição (1991), a análise de Lênin – realizada às vésperas da primeira Revolução Russa, de 1905/07 – baseia-se no eixo teórico da desintegração do campesinato, dada a inevitabilidade do processo de avanço do capitalismo. Assim, ao analisar *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin (1982, p. 10) destaca as seguintes questões:

Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Neste caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; - ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Neste caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda estrutura se torna capitalista, pois a desintegração do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios de servidão.

Nesse contexto, Lênin argumentava que essas transformações criariam as condições ideais para que a classe operária cumprisse sua tarefa essencial: a revolução socialista. Para Conceição (1991), Lênin buscava evidenciar o desenvolvimento da divisão social do trabalho, um elemento crucial para a formação de um mercado interno para o capitalismo. Esse processo implicava a separação entre a manufatura e a agricultura, transformando esta última em um “ramo da indústria” voltado para a produção mercantil, além da transferência da posse dos meios de produção para outras mãos e sua conseqüente conversão em capital.

Assim, para Lênin, o campesinato seria destruído, surgindo dois novos tipos de população rural: a burguesia rural ou campesinato rico – proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais, empresas agrícolas e outras – que se associam

à agricultura comercial e o proletariado rural – e o assalariado. Esse desdobramento é ilustrado na seguinte afirmação:

Até aqui a nossa referência foi à produção mercantil simples. Passemos agora, à produção capitalista: não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.) – ou seja, pressupõe o seu “empobrecimento” a sua “ruína”. Sustenta-se que esta ruína “reduz o poder de compra da população” e “estreita o mercado interno” para o capitalismo (Lênin, 1982, p. 15-16).

Entretanto, de acordo com Conceição (1991), Lênin irá “reaver as suas palavras de ordem” (p. 14) em escritos posteriores, como *Aos Pobres do Campo* e no *Programa Agrário*, considerando que “houve um erro em se acreditar que a agricultura capitalista na Rússia já estava cristalizada” (Conceição, 1991, p. 15). Assim, propõe a destruição da economia latifundiária pela via revolucionária, como possibilidade para o desenvolvimento de um capitalismo livre.

Conceição (1991) destaca ainda que, na análise marxiana, diversos outros autores já haviam analisado a questão do campesinato, inclusive o próprio Marx, tanto em *Acumulação Primitiva* quanto em *A Ideologia Alemã*; bem como Kautsky, que escreveu *A Questão Agrária*, onde diversas abordagens realizadas foram relegadas pela análise de Lênin.

Entendemos que é fundamental a contribuição de Conceição (1991) para esse debate, por vezes vista de forma enviesada, em que Lênin é lido apenas por uma única obra, em sua primeira parte. Além disso, a autora resgata a contribuição de Kautsky, que mesmo com todas as críticas ocorridas posteriormente, traz importantes reflexões no âmbito do marxismo para pensar a questão agrária, mediante o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução do campesinato nesse processo.

Por outro lado, o russo Chayanov vai se contrapor a Lênin, destacando a manutenção do campesinato na Rússia. De acordo com Conceição (1991, p. 15): “Para Chayanov os objetivos da produção capitalista e camponesa não se excluem. Os camponeses podiam entrar na circulação de mercado, sem, entretanto, provocar a sua desintegração”.

Chayanov considera que, na unidade de exploração doméstica, o poder aquisitivo está limitado pela força de trabalho familiar (p. 16) e pela fadiga – medida pela intensidade da exploração da força de trabalho. Essa é estabelecida pelo nível ótimo, que representa a capacidade de suportabilidade do trabalho familiar em relação à produção agrícola; assim sendo, “qualquer excesso nos meios de produção ou na terra disponível, que supere tecnicamente o ótimo, é inaceitável para a família”. Nesse sentido, o tamanho da família determinaria, aritmeticamente, o tamanho da unidade de exploração. Carvalho (2005, p. 18 *apud* Chayanov, 1923) destaca que:

[...] a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é (que) o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que [...] a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados.

Assim sendo, não existia uma dimensão econômica que tinha que ser atingida por meio do estabelecimento de um rendimento determinado, como ocorre na empresa capitalista, para que haja o pagamento do salário. O que o camponês obtém como retorno no fim do ano econômico não pode ser considerado como um lucro do tipo capitalista, mas esse pequeno “excedente” pode ser visto como uma retribuição ao seu próprio trabalho. “Essa retribuição aparece corporificada no consumo familiar de bens e serviços” (Carvalho, 2005, p. 19).

Para Chayanov, ao ingressar no mercado, a unidade de exploração familiar perde seu caráter qualitativo, passando a priorizar a quantidade. Com isso, a lógica orientada pelas necessidades da família é substituída por uma produção voltada aos interesses do mercado. Essa transformação caracteriza a unidade de exploração familiar como parte de uma dinâmica capitalista, marcada pelo avanço técnico e por uma nova divisão do trabalho (Conceição, 1991, p. 17).

De acordo com os estudos de Chayanov, a economia familiar era considerada um modo de produção, o que vai ser, anos depois, revisto por Shanin (1980), que discute o camponês como classe social, não como um modo de produção e que, portanto, não pode se limitar a um dado período da história, dadas as complexidades que caracterizam

essa classe. Diferente de Lênin, Chayanov considerava que, com o avanço das relações capitalistas, o campesinato não iria desaparecer, mas modificar a natureza da sua exploração – com base em uma reorganização da economia camponesa, não sendo necessário destruir a propriedade privada, mas um sistema de regulação estatal em que os camponeses continuariam a existir, preservando suas características.

Conforme Lênin, citado por Conceição (1991, p. 19), Chayanov e os populistas “subtraem a essência econômica da revolução agrária”. Ao enfatizar o caráter igualitário, esses autores acabam por confundir a luta de classes, ignorando o aspecto burguês das relações sociais ao promoverem a expansão da pequena propriedade.

Ainda de acordo com o estudo desenvolvido por Conceição (1991), outra diferença existente entre as análises de Chayanov e Lênin é que, para o primeiro, a unidade de produção camponesa está ligada à própria história da organização social e política da Rússia – o MIR; já para Lênin e os sociais democratas, o MIR era uma comunidade controlada pelos ricos, que exerciam todo o controle da vida econômica e social das famílias camponesas. Por isso mesmo, destaca as diferentes classes sociais existentes, caracterizadas por camponeses pobres, controlados por camponeses ricos; o que estaria ausente na análise realizada por Chayanov.

Sobre isso, Conceição (1991, p. 25) acrescenta que:

Para os marxista-leninistas o desenvolvimento econômico constituía um marco para o país, o capitalismo representava o caminho necessário, assegurando a alta produtividade. Condenavam o MIR por constituir-se uma forma de organização de domínios. A estrutura fechada do MIR não permitia o avanço da empresa capitalista no campo. Considerando que mais de 80% da população era camponesa, a Rússia diante dos países ocidentais, caracterizava-se como um país pobre. Constituindo a unidade de produção familiar o principal fator de atraso ao desenvolvimento industrial, sendo obrigatória a desintegração da economia natural.

Lênin acreditava que, a partir da destruição dos traços feudais e, conseqüentemente, dos avanços das relações capitalistas de produção, poder-se-ia caminhar para a construção de outra sociedade – a socialista, conforme já mencionado. Para Conceição (1991, p. 42), entretanto, “embora se concorde, do inevitável avanço tecnológico como condição intrínseca ao aprimoramento social, não se pode deixar de considerar as contradições geradas nesse processo”.

Em oposição a Lênin, os anarquistas consideravam as comunidades camponesas como um símbolo de solidariedade, um exemplo da preservação de princípios morais, da preservação da bondade do homem, frente à corrupção apresentada pelo sistema capitalista. Essa é a essência da análise de Chayanov.

Para o capital, seria, inicialmente, necessária a desintegração desses sujeitos – os camponeses, o que passa a ser revisto depois. Essa ideia é vinculada pela própria igreja a serviço do capital. Lênin, posteriormente, vai rever sua análise, já que o campesinato não desaparece, mas, de certa forma, se subordina ao capital. Conceição (1991, p.26), analisando as teorias desenvolvidas por Chayanov e Lênin, destaca que:

Se de um lado foi dada ênfase, por parte do programa agrário leninista à eliminação da unidade familiar de produção, subestimando-se o caráter de classe do camponês e a superestimação do operariado, por outro, os defensores da permanência da unidade de produção familiar, subestimaram as diferenciações, as contradições de classes, dirimindo a força dos conflitos e minimizando o domínio político da nobreza latifundiária.

Assim, para a autora, a teoria de Lênin analisa o processo histórico das relações de produção, conduzindo toda a abordagem “restrita ao econômico, sem permitir a revelação da formação de uma região” (p. 44). Quanto ao conceito de camponês, esse se prende a uma concepção de relação de produção, de equidade ao modo de produção feudal; definida na essência das relações servis.

Sobre a análise da estrutura familiar camponesa, considera que essa foi feita dialeticamente na sua relação com a força repressiva do Estado, não favorecendo um estudo mais aprofundado das formas como se dão os conflitos de classe no campo; “onde a sobrepujança do econômico e do político mascaram a essência das contradições” (p. 46-47). Sobre isso, destaca que Shanin avança bastante na questão dos conflitos de classes nas sociedades camponesas russas.

Quanto às críticas realizadas por Conceição (1991) a Chayanov, destaca-se que, na análise da unidade de produção familiar, anula-se a divisão de classe – a partir da determinante posse e propriedade, portanto, uma categoria única tendo como parâmetro estatístico o tamanho da família. Assim, “não se leva em consideração as diversas performances que assumem a temporalidade espacial das recombinações entre as forças produtivas e as relações de produção – tendo-se a considerar a divisão do trabalho” (p.

50). A questão do aprimoramento técnico é vista apenas como consequência – que vai repercutir na produtividade. Além disso, a produção é considerada um fim, determinado por leis naturais – as necessidades humanas.

Ao tentar homogeneizar o direito à apropriação, considerando a propriedade coletiva dos meios de produção, tendo a idade como parâmetro de força de trabalho, Chayanov acaba desconsiderando as condições heterogêneas da apropriação, em que a força de trabalho não tem como parâmetro a faixa etária, mas a relação quantidade e qualidade dos meios de produção. “Estes é que vão determinar o quantum de consumo e produção, estabelecendo-se o quadro de diferenciações de apropriações” (p. 51).

Com isso, para Conceição (1991), ao desconsiderar o caráter dinâmico das forças produtivas, incorre-se em uma circunstância de fatalidade, o que se aproxima da teoria malthusiana. Além disso, para Chayanov, a produção, distribuição e consumo são vistos como se ocorressem no espaço limitado da unidade de produção, “não sendo vistos como elementos de uma totalidade” (p. 54). O camponês não ultrapassa o limite das suas necessidades, em que as relações de produção, consumo e circulação são internalizadas, portanto, fechadas, aproximando-se da Teoria do Estado Isolado de Von Thunen (1826).

Em um outro momento, considera que a exploração camponesa se insere no sistema capitalista, fazendo parte da totalidade da economia nacional. Porém, essa não pode ser considerada como uma empresa capitalista, cuja diferença básica está no nível de organização da produção. Mas também não aprofunda questões como o impacto produzido pelo mercado na economia camponesa – já que a análise girava em torno do ciclo biológico da família.

Finalmente é preciso não esquecer que não se pode deixar de levar em consideração: a história da produção familiar pelos séculos de formação, o peso da história construída do operariado e suas reintegrações, a nova dimensão da questão urbana e a divisão do trabalho em função da nova perspectiva tecnológica (Conceição, 1991, p. 57).

Essa persistência da economia camponesa, mesmo frente às investidas da economia de mercado, não pode ser desconsiderada e se constitui em um dos aspectos centrais para se entender o campo na atualidade.

Com base nas reflexões elaboradas por Conceição (1991), nossa pesquisa de tese (Souza, 2008) buscou não apenas compreender o campo brasileiro, mas também desmistificar discursos hegemônicos, evidenciar um processo contínuo de luta de classes e analisar a capacidade de transformação da realidade de milhares de trabalhadores assalariados e camponeses engajados na luta pela terra, pelo trabalho ou na resistência para manterem sua condição de camponeses. Assim, partimos da hipótese de que há um processo de reprodução camponesa em curso no Brasil, com expressões específicas no Centro-Sul Baiano, que deve ser compreendido a partir da totalidade das relações sociais existentes no campo brasileiro, entendendo-o como uma singularidade inserida na totalidade.

Ao defender a ocorrência desse processo de reprodução do campesinato como classe social, argumentamos que ele só pode ser devidamente analisado a partir das contradições do modo de produção capitalista no campo. No contexto brasileiro, essas contradições se inserem em um quadro social e histórico específico, marcado pela recriação do campesinato em meio à sua crescente subordinação ao capital. Para tal análise, foi imprescindível considerar os sujeitos sociais produtores do espaço agrário brasileiro, suas condições como classes sociais distintas e de interesses antagônicos, bem como os momentos em que essas classes se confrontam em disputas constantes pelo território.

Defendemos que a despeito das diversas análises que enfatizavam a desarticulação política do campesinato, considerando as condições de vida e, muitas vezes, o isolamento em que diversas comunidades viviam, buscou-se, à luz do método dialético, com base nas contradições do desenvolvimento do capital, destacar elementos que apontassem possibilidades concretas de articulação dos camponeses, e o papel político que esses desempenhavam em diversas sociedades, sobretudo nas últimas décadas, expressando, em determinados casos, além da necessidade de manter ou conquistar um pedaço de terra – para garantir a produção camponesa, um enfrentamento com as classes dominantes atuantes no campo, assumindo papel político fundamental frente ao Estado Burguês e os projetos do capital.

O próprio avanço das relações capitalistas e as contradições oriundas da necessidade de expansão de seus projetos acabam por exigir dos camponeses uma participação política mais efetiva. Ainda que, inicialmente, tal articulação se faça no

intuito de manter a terra da família, os interesses do capital de torná-los dependentes, subjugados a seus interesses e, ainda, à constante ameaça de perda da terra impulsionam os camponeses a lutar para não perder sua condição de reprodução social.

Além disso, aqueles camponeses que se “íntegram” completamente ao mercado veem seus anseios de liberdade, ainda que parcial, sucumbirem. A perda do controle do trabalho e seus reflexos nos costumes e valores da família camponesa repercute, diretamente, em tentativas concretas de enfrentamento aos projetos do capital.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a difusão de tecnologias empregadas no campo, com destaque para a chamada Revolução Verde, torna-se uma realidade. Além disso, o discurso do desenvolvimento, como condição de superação do atraso nos países considerados subdesenvolvidos, – o que, aliado às condições históricas de concentração fundiária (como no caso do Brasil), além das alianças estabelecidas entre os projetos do capital e os latifundiários rentistas –, ocasiona um processo de expropriação crescente dos camponeses de suas terras, assim como das terras em que desenvolviam relações de parcerias, entre outros; mas recaindo, sobretudo, na dispensa da força de trabalho assalariada no campo.

Vivendo em condições precárias nas cidades, muitas vezes colocados à margem do processo produtivo, esses trabalhadores – precarizados, informais, desempregados ou marginalizados – veem nos movimentos sociais organizados possibilidades concretas de lutarem por um pedaço de terra – onde possam garantir a sobrevivência da família. Contudo, o papel político do camponês não se limita à luta pela terra, mas, sobretudo, para se manterem na terra. Para tanto, o enfrentamento às imposições do Estado em consonância com os projetos do capital é uma realidade.

Em diversos países, pesquisadores passam a analisar as contingências históricas que levaram o campesinato a promover formas diversas de organização social, cuja expressão maior são as ocupações de terra, ocasionando um conflito direto entre as classes sociais no campo, em seus interesses antagônicos, se confrontando nos diferentes territórios. É nessa conjuntura que a classe camponesa emerge e adquire maior expressão. Entre os estudiosos que enfocam o papel político do campesinato e sua atuação como classe social no campo brasileiro, destacam-se Oliveira (1998) e Conceição (1991).

Ao pensar no conceito de camponês na atualidade, é importante considerar que essa classe apresenta diferenciações de uma sociedade para outra, e mesmo em uma mesma sociedade, convivendo, relacionando-se e interagindo com não camponeses. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla (Shanin, 2005). Trata-se da questão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (Shanin, 1980).

Partindo desse entendimento, Conceição, em publicações posteriores, individuais e junto a seus orientandos, aprofunda as reflexões em torno do entendimento dessa classe camponesa no avanço das contradições do modo de produção capitalista, em um momento de crise estrutural, bem como a forma como se direciona para o campo brasileiro.

Para o capital, a expansão do agronegócio representa formas de controlar a produção no campo, para os trabalhadores e camponeses maiores dificuldades de se manter na terra, seja por conta da expansão de maquinários industriais poupadores da força de trabalho (mas que ao mesmo tempo garante o aumento da produtividade do trabalho), seja por se expandir sobre as terras camponesas, via processos de expropriação, ou de sujeição de sua renda, quando os mesmos são levados a produzir aquilo que o mercado define. [...] E é assim que [...] o capital se expande no campo, sobretudo em um contexto de crise, onde a apropriação das terras, dos recursos, enfim, dos diferentes espaços – pode ser visto como uma das formas de manter-se vivo; visando se apropriar da riqueza socialmente produzida pelo trabalho (Souza; Conceição, 2019, p. 62).

Portanto, a realidade concreta de desenvolvimento do campesinato no campo brasileiro, como parte das contradições irreconciliáveis entre capital e trabalho, permitiu analisar a reprodução dessa classe no campo, à medida que passaram a sofrer de forma mais intensa os processos de expropriação e sujeição de sua renda.

É essa realidade que a autora vai considerar em diversos outros textos. Aqui, enfocaremos as reflexões realizadas no artigo *Jovens andarilhos no curto ciclo do capital*, publicado na revista Okara, no ano de 2007; no texto *Geografia dos espaços da miséria*, publicado no ano de 2005; no texto *Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio*, publicado no ano de 2013; e no artigo *Avanço do capital e barbárie societal no campo*, publicado no ano de 2019. Partindo dessas reflexões, no intuito de

buscarmos uma compreensão sobre as formas e contradições da reprodução camponesa no campo brasileiro, lançamo-nos ao desafio no próximo tópico deste artigo.

Reprodução camponesa nas contradições da relação capital *versus* trabalho: mobilidade do trabalho e relação campo cidade

Entender o processo de reprodução camponesa diante de um contexto de profunda crise do capital requer um significativo esforço teórico-metodológico. Primeiro porque, de acordo com Mészáros (2002), nesse contexto de crise, o capital se reestrutura e busca se expandir para todos os espaços, buscando nesses e nas relações de trabalho que implementa, formas de garantir a sua reprodução ampliada; segundo porque, diante disso, fomenta novos processos de expropriação e consolidação de formas precarizadas de trabalho, muitas vezes se confrontando com a lógica de reprodução camponesa, que embora sujeitada ao capital, não pode ser compreendida, totalmente, como determinada por esse. E a manutenção na terra de trabalho, com todas as contradições, é fundamental nesse entendimento.

Terceiro porque, diante desse processo de crise e reestruturação, o agronegócio avança no Brasil – e busca se apropriar das terras camponesas – nas suas mais diversas expressões (inclusive em direção aos territórios dos povos originários e tradicionais). Por outro lado, mesmo com esse avanço do capital em crise e em busca constante de se reproduzir, o campesinato não desaparece, embora se modifique bastante. É sobre esse processo que buscaremos refletir.

Essa realidade permite aferir e confirmar a teoria defendida por Mészáros (2002) ao apontar o caráter expansivo, destrutivo e absolutamente desumano, porque não dizer irracional, do sistema do capital, porque concentra a riqueza socialmente produzida, destrói a natureza e os recursos naturais, mas, sobretudo, a força produtiva e criativa do trabalho, convertendo tudo à condição de mercadoria. Nesse processo, ressalta-se as diversas formas de resistências e experiências de permanências historicamente implementadas pelos movimentos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais, etc., que, para além do capital, veem o campo como um modo diferente de reproduzir a vida, pautados em valores coletivos e o resgate da condição humana do sujeito, para além da pura conversão em coisas, que produzem várias outras coisas, o que nos leva a defender o campo como *lócus* de conflito de classes (Souza; Conceição, 2019, p. 62/63).

Refletindo sobre essa realidade de crise do capital e seu reatamento na degradação do trabalho, na dispensa crescente de trabalhadores – que sucumbem ao desemprego, em sua dimensão estrutural, e na impossibilidade desses se reproduzirem – por meio da venda de sua força de trabalho, a autora aponta a expansão da miséria como condição à produção crescente da riqueza.

Ao abordar sobre a *Geografia dos Espaços da Miséria*, Conceição (2005) evidencia as mudanças operadas no âmbito do Estado e a concepção neoliberal assumida por esse. Esse rearranjo indispensável à garantia da reprodução ampliada do capital fomenta a pobreza e a miséria generalizada, não como uma condição de não alcance à modernidade, mas à exploração, à expropriação e à miséria, como resultado e realidade necessária ao processo de acumulação. Nessa, “A exacerbação do lucro conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital versus trabalho” (Conceição, 2005, p. 167).

Por outro lado, parte da Geografia e dos geógrafos parece não perceber essa realidade, ou a abordagem de maneira superficial, restrita ao aparente, o que, no máximo, conduz a uma Geografia de denúncia. Nessas abordagens, a explicação muitas vezes se limita à dimensão do espaço absoluto, ao manifesto, e, com isso, o urbano é interpretado como uma “área de concentração de pobreza”, decorrente, sobretudo, da migração, e não da expropriação e da mobilidade do trabalho. Ao mesmo tempo, o campo passa a ser visto como a própria imagem de pobreza, associada a uma economia tradicional e pouco desenvolvida.

Nesse contexto, a grande questão para a geografia e os geógrafos torna-se a proposição de ações superficiais, muitas vezes externas para o planejamento, com o objetivo de promover tal desenvolvimento. Esquece-se, no entanto, de que essa miséria é, na verdade, produzida e constitui uma condição essencial para a acumulação capitalista.

A leitura geográfica indicava espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas condizentes ao discurso de mudanças, via o desenvolvimento regional, local. A leitura geográfica se circunscrevia na perspectiva da Teoria dos Pólos de Crescimento e Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via a divisão social e territorial do trabalho. A meta era a garantia da inserção da região no circuito capitalista da economia mundial [3]. O Estado do *Well Fare*, chamado para regulamentar as políticas da esfera pública, tornou-se o

guardião do planejamento, das mazelas territoriais, diante da escala crescente da pobreza local, nacional, mundial. [...] Neste sentido, projetava-se a leitura do lugar fora do lugar da totalidade das relações capitalistas mundiais, das possibilidades imanentes de uma crise acumulativa do capital, que apontava deliberadamente para a super exploração do trabalho na garantia de um super lucro (Conceição, 2005, p. 166).

No que se segue, a lógica da mundialização e a difusão do receituário neoliberal, sustentando-se no desenvolvimento da ciência e da técnica, levam a um redimensionamento em que os próprios cientistas, entre esses muitos geógrafos, inseridos nos anseios neoliberais, passam a difundir a solução para os problemas sociais por meio da técnica, da superficialidade e da eficiência para promover o processo de acumulação. As desigualdades passam a ser lidas, sobretudo, como diferenças. À História se sobrepõem às narrativas dos indivíduos; há a negação das contradições de classe e ao desemprego – como uma condição estrutural, se coloca o empreendedorismo e a precariedade do sujeito que trabalha. E, como esse processo se efetiva no campo?

Em artigo anterior, chamamos atenção para pensar a reprodução camponesa no campo brasileiro, que se faz no movimento dialético de sujeição/expropriação/reprodução. Portanto, essa lógica de reprodução e precariedade das condições dos camponeses também se expressa e reflete esse momento de crise do capital e a difusão do capital financeiro no campo. Nesse processo, se nega o campesinato como classe social, interessando reproduzi-lo como força de trabalho para o capital. Em sua substituição, as políticas públicas, fundamentadas no denominado paradigma do capitalismo agrário, passam a difundir o conceito de agricultor familiar – negando toda a história de luta e enfrentamento político por meio do qual essa classe se reproduziu no campo brasileiro. Assim,

[...] mesmo concordando com a leitura fundamentada na teoria marxiana, no que se refere à realidade concreta das comunidades rurais em luta pelo trabalho, fato que intensifica a relação campo-cidade, cabe-nos fazer algumas considerações: embora parcialmente subjugado ao capital, sendo também disponibilizado para o trabalho assalariado, produtor de valor, o camponês não perde por completo o controle sobre o seu trabalho, o que se reproduz nos espaços de luta pela terra, nas pequenas frações de terra onde desenvolvem a produção camponesa, e o reaproxima do trabalho em sua condição de ser concreto. Por outro lado, a sujeição ao assalariamento traz em si também questões de extrema relevância apontadas pelas pesquisas realizadas, na medida em que essa sujeição ao trabalho abstrato, muitas vezes, é a única forma desses conseguirem garantir o trabalho em sua condição concreta, qual seja, aquele praticado nas pequenas unidades de

produção. Ou seja, no mesmo momento em que esses sujeitos se reafirmam, em parte, se negam enquanto camponeses (Souza *et al.*, 2017, p. 83).

Nesse mesmo artigo, alertamos para os processos de expropriação, de perda parcial ou total da terra de trabalho e a mobilidade desses camponeses entre o campo e a cidade, em que, nos momentos de saída da terra, colocavam seus corpos à disposição da produção de valor (Gaudemar, 1977; Conceição, 2005).

Assim, Conceição (2007 e 2013) demonstra o papel de classe do Estado e como esse, como ente político do capital (Mészáros, 2002), cria as condições para esse avançar no campo (fomentando o tripé de sua sustentação Estado/Capital/Trabalho). Essa crítica ao Estado e sua subordinação ao capital vem, entre outras formas, via políticas públicas – por meio das quais garante a apropriação da renda camponesa e expropriação da terra de trabalho, reproduzindo a miséria, ao passo, e na condição, em que o capital financeiro encontra lugares certos para fomentar sua acumulação. Ao analisar as ações e intervenções do Estado no espaço agrário, tomando por referências pesquisas realizadas em estados do Nordeste do Brasil, via políticas públicas, destaca-se que:

O que se questiona é se estas constituem formas de garantia da permanência da produção e autonomia camponesa ou se estão aprofundando: a mobilidade do trabalho, a concentração de renda e da terra, a exclusão. Nossos estudos têm congregado pesquisas que venho desenvolvendo, como também orientações de pesquisadores dos estados de: Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Os estudos obtidos permitem sinalizar que o Estado tem assumido o papel de gestor e promotor implementando políticas agrícolas inscritas em novas formas de expansão capitalista de financeirização da economia, com forte exercício de poder e controle do trabalho no favorecimento da acumulação capitalista. Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado (Conceição, 2013, p. 1).

Esse avanço do capital traz, além da mobilidade e precariedade das relações sociais no campo – incidindo, diretamente, nas formas de reprodução camponesa –, a concentração da propriedade fundiária, por conta da apropriação de suas terras, difunde o agronegócio e, com a produção de *commodities*, interfere, também, na diminuição da produção de alimentos para abastecer o mercado interno.

No Brasil, essa situação se agravou desde o golpe de 2016 – que destituiu uma presidenta legitimamente eleita. Um golpe da extrema-direita que tem, como um dos seus braços mais fortes, os representantes dos latifundiários rentistas. Nessa esteira, o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) investe no processo de criminalização dos movimentos sociais, incidindo, diretamente, na luta camponesa pela terra de trabalho, de modo que as parcas ações que os mantinham no campo são esfaceladas. O avanço do capital, sobretudo financeiro, antes como agora, se faz deixando um rastro de expropriação e representa novos desafios para a permanência camponesa na terra de trabalho.

Esse debate é provocado por Conceição (2007) ao analisar o processo de mobilidade da força de trabalho de jovens camponeses no Sertão Sergipano, situação que se agrava em virtude da difusão de políticas públicas voltadas à sujeição completa da produção camponesa ao mercado – via capital financeiro.

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba (Conceição, 2007, p. 95).

Ainda assim, é após uma fatigante temporada de trabalho (em que muitos são sujeitos a relações degradantes, em locais que não possuem abrigos adequados, alimentação ruim, entre outros problemas; mas que é funcional à acumulação do capital do agronegócio), quando retornam à terra de trabalho, que se reconectam com o campo, o modo de vida e a possibilidade de resistir na terra.

Nessa odisséia em busca da sobrevivência, quando o pouco dinheiro que conseguem acaba, movem sua força de trabalho novamente, em atividades no campo ou fora dele, momento em que colocam seus braços e músculos à disposição da reprodução do capital. E essa situação se agrava muito com a criminalização e os profundos ataques aos movimentos sociais que atuam no campo.

Portanto, pensar o camponês hoje, no campo brasileiro, é reconhecer esse par

reprodução/sujeição/mobilidade do trabalho como uma estratégia, ainda que perversa, de permanência na terra.

Desse modo, ao buscarmos compreender quem é e como se reproduz o campesinato (sobretudo brasileiro), em um contexto de crise do capital e de barbárie social, considerando questões fundamentais como concentração da estrutura fundiária, expansão da terra-mercadoria, desmatamento, grilagem, expansão do capital financeiro, entre outras questões, é mister considerar todas as contradições desse processo de expropriação/sujeição camponesa, mas também de resistência e reprodução na terra de trabalho. Partindo da leitura de Conceição (1991, 2005, 2007, 2013) e outras pesquisas destacadas neste artigo, pode-se concluir que, para que esse campesinato possa se reproduzir com o mínimo de autonomia, torna-se preciso questionar – e mais, superar – essa forma de sociabilidade do capital.

Mas, enquanto essas condições não se estabelecem, é necessário rearticular a luta pela terra, via retomada dos movimentos sociais, ocupando terra, questionando a propriedade privada sobre ela – como forma de explorar trabalho de outros, de modo a garantir a terra para quem nela trabalha; mas também de levantar e enfrentar o debate junto ao Estado, de modo a buscar políticas e ações que realmente atendam seus interesses.

De fazer com que esse cumpra com sua função de arrecadar terras públicas, historicamente apropriadas pelas classes proprietárias, colocando-as à disposição de quem precisa trabalhar nela; além de fomentar uma política que subsidie a produção de alimentos – que cheguem saudáveis e mais baratos à mesa dos brasileiros. Não é aceitável que, em um país que alcança safras recordes na produção de commodities, mais de 33 milhões de pessoas sucumbam à fome e mais da metade da população brasileira conviva, cotidianamente, com a insegurança alimentar².

² Dados da Rede Penssan, divulgados no final de 2022. Mesmo se considerando que esses dados caíram nos anos posteriores*, com a derrota do Governo Bolsonaro, é inaceitável que essa realidade tenha se efetivado, em algum momento, em um país grande produtor rural como o Brasil. *Dados do relatório da ONU, do ano de 2024, apontou que a insegurança alimentar caiu 85% no país. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/07/24/relatorio-da-onu-aponta-queda-de-85-na-inseguranca-alimentar-no-brasil#:~:text=REP%C3%93RTER%20JANA%C3%8DNA%20ARA%C3%9AJO..inseguran%C3%A7a%20alimentar%20severa%20no%20Brasil>.

Considerações finais

Buscou-se, no referido artigo, trazer algumas das contribuições do pensamento de Conceição sobre o campo e o campesinato brasileiro em diferentes tempos. Tem-se total compreensão dos limites do texto, em virtude das diversas contribuições trazidas pela autora, o que não seria possível dar conta em poucas páginas, mas acreditamos ter sido possível trazer alguns pontos fundamentais.

Ao trazer uma reflexão sobre o processo de recriação de um campesinato no modo de produção capitalista, não se teve o interesse de fazer uma leitura descontextualizada da realidade atual, ao contrário, essa buscou, sobretudo, os elementos para, ao pensá-lo como classe social, reafirmar a necessidade de refletir sobre o campo, e o campo brasileiro – como expressão da luta de classes, com todas as suas contradições.

Assim, só faz sentido discutir o campesinato se esse for considerado, em sua reprodução, como parte das contradições nas quais esse modo de produção se reproduz; que esse sujeito se recria, mas convive com o cotidiano marcado por todas as dificuldades da expansão do capital no campo: na expropriação direta ou indireta – das terras e dos meios de se reproduzir a vida; nas formas concretas de dependência com o capital industrial e financeiro; na criminalização dos processos de luta pela terra, inferido em sua condição quanto classe; ou mesmo na condenação de seu modo de vida – quando esse passa a representar qualquer empecilho à produção de renda e valor no campo.

Entende-se, portanto, que o campesinato se reproduz com todas essas contradições, marcado pela luta pela existência, pelas dificuldades de permanência na terra, pela mobilidade de sua força de trabalho (ou de parte de sua família) como condição de manter-se no campo, entre outras questões.

No campo brasileiro, a reprodução desses sujeitos sociais enfrenta, reproduz e se subordina ao agronegócio – em uma unidade dialética contraditória, onde a possibilidade da perda da terra encontra-se, sempre, em iminência.

Todo esse processo de redefinição das relações no campo, de reestruturação do modo de produção em crise, recai sobre as formas de permanência/subordinação/expropriação/resistência do campesinato. Para tanto, a ação do Estado também se faz

fundamental, a exemplo da difusão das políticas públicas e da determinação de reproduzir esse sujeito sem o conteúdo de classe que sempre representou suas ações. Assim, interessa reproduzir e subordinar os sujeitos camponeses, mas não o papel de classe e enfrentamento que representa. Daí a denominação desse como um agricultor familiar. O Estado, por meio da política pública, fomenta esse processo.

Assim, o caráter contestatório desaparece, a criminalização e enfraquecimento dos movimentos sociais de luta pela terra completam o processo de total sujeição do campesinato, em seu lugar de classe social. A retomada da luta política do campesinato – via articulação dos movimentos sociais – e a ocupação de terras, para “romper as cercas do latifúndio”, se torna urgente. Em outra perspectiva, somente a crítica profunda à sociabilidade do capital, de enfrentamento e superação dessa, pode elevar os sujeitos a outra condição de existência e reprodução, no campo e nas cidades.

Referências

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento no Campo Brasileiro. São Paulo: Vozes, 2005.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: GRAZIANO, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o signo sob o olhar dialético**. 1991. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Sciencia Plena**, [S.l.], v.1, n. 6, p. 166-170, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital. **OKARA: Geografia em debate**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano – Revista de Geografia**, [S.l.], n. 2, p. 81-104, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e Acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Stampa, 1977.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. Tradução de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo, por Paulo Becerra; introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

LENIN, Vladimir I. **Aos Pobres do Campo**. Tradução de Osvaldo Faria. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988.

LENIN, Vladimir I. **O programa agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980 (Série História e Política II).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, 2002,

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Rumo a teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SHANIN, Teodor. **A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações**. São Paulo: Cadernos Cebrap, 1980.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, [S./l.], Ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, Teodor. **Os desafios futuros para o campesinato**. Conferência realizada durante o III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde – Campesinato em Movimento. Londrina, 14 de outubro de 2007.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no

território no sudoeste da Bahia. 2008. 718f. Tese (Doutorado em Geografia), NPGEO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 53-74, 2019. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5832>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; LEAL, Victor Andrade Silva; ROCHA, Fátima Crislaine Batista. A reafirmação da dialética campo-cidade na produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir de uma realidade concreta. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 26, p. 70-93, 2017.

Autora

Suzane Tosta Souza – É Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Bahia (UFBA) e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é Professora (Nível Pleno) dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Endereço: Estrada do Bem-Querer, km 04, Caixa Postal 95, Bairro: Universidade. Vitória da Conquista, Bahia, CEP 45.000-000.

Artigo recebido em: 31 de julho de 2024.

Artigo aceito em: 26 de setembro de 2024.

Artigo publicado em: 01 de outubro de 2024.